



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
CURSO DE ECONOMIA ECOLÓGICA**

**NAIARA TAINÁ DE SOUZA MAIA**

**TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: UMA  
PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA.**

**FORTALEZA**

**2023**

NAIARA TAINÁ DE SOUZA MAIA

**TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: UMA  
PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA**

Monografia apresentada para obtenção do título de  
bacharela em Economia Ecológica, localizado no  
Centro de Ciências Agrárias, da Universidade  
Federal do Ceará.

Orientadora: Dra. Maria Inês Escobar da Costa.

FORTALEZA - CE

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

M187t Maia, Naiara Tainá de Souza.  
Turismo comunitário na Prainha do Canto Verde : uma perspectiva da Economia Ecológica / Naiara Tainá de Souza Maia. – 2023.  
40 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Curso de Economia Ecológica, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Profa. Dra. Maria Inês Escobar da Costa.

1. Direitos da natureza. 2. Economia ecológica. 3. Turismo comunitário. 4. Prainha do Canto Verde. I.  
Título.

CDD 577

---

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Dedico este trabalho aos meus pais, que tanto me apoiaram ao longo da minha trajetória, à minha irmã, por todas as vezes que me auxiliou gramaticalmente ou com uma palavra de incentivo e encorajamento, a todos os meus amigos, que são os responsáveis por me manterem com sanidade mental, e, principalmente, a Deus, que esteve comigo em todos os momentos.

“A fê na vitória tem que ser inabalável”. (Rappa, 2013)

## RESUMO

O presente trabalho refere-se ao estudo da rede de turismo comunitário no Brasil, especificamente o caso da Prainha do Canto Verde, localizado no município de Beberibe, no Estado do Ceará, cerca de 115 quilômetros da Capital, Fortaleza, pelo olhar da economia ecológica e seus princípios norteadores. A metodologia da pesquisa caracteriza-se como do tipo exploratória, com abordagem qualitativa e o método utilizado foi o documental. Para o levantamento dos dados, foram analisados trabalhos de conclusão de curso, teses e dissertações relacionados e correlacionados com a temática para estabelecer um arcabouço teórico e uma reflexão sobre o Turismo Comunitário na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde. Utilizando as palavras “Turismo Comunitário” e “Prainha do Canto Verde”, foram encontrados 4 trabalhos, no google acadêmico que se encaixavam nos filtros utilizados (trabalhos publicados nos últimos 15 anos, em português; Trabalhos de Conclusão de Cursos, Dissertações de Mestrados e/ou Teses). Também foi utilizado como base para pesquisa sites de blogs vinculados ao turismo cearense, a exemplo o site da rede cearense de turismo comunitário e o site da Prainha do Canto Verde. Acredita-se que o turismo comunitário, ao valorizar a identidade cultural e a conservação ambiental, norteado por um viés da economia ecológica, em sintonia com suas bases político pedagógicas, expresse, na prática, princípios de um paradigma biocêntrico, onde o decrescimento aponta como forte possibilidade e o bem viver como horizonte.

**Palavras-chaves:** direitos da natureza; economia ecológica; turismo comunitário; Prainha do Canto Verde.

## ABSTRACT

The present work refers to the study of the community tourism network in Brazil, specifically the case of Prainha do Canto Verde, located in the municipality of Beberibe, in the State of Ceará, about 115 miles from the Capital, Fortaleza, from the point of view of the economy ecological practices and their guiding principles. The research methodology is characterized as the type of exploratory method with a qualitative approach and the one used was the documental one. For the data collection, course completion works, theses and dissertations, related and correlated with the theme were analyzed to establish a theoretical framework and a reflection on Community Tourism in the Extractive Reserve of Prainha do Canto Verde. Using the words "Community Tourism" and "Prainha do Canto Verde, 4 works were found that fit the filters used (works published in the last 15 years; in Portuguese. Course Completion Works, Master's Dissertations and/or Theses. Blog, sites, linked to Ceará tourism were also used as a basis for research, such as the website of the Ceará community tourism network and the Prainha do Canto Verde website. It is believed that community tourism, by defending cultural identity and environmental conservation, guided by a bias of ecological economics, in tune with its political-pedagogical bases, expresses in practice, principles of a biocentric paradigm, where degrowth pointed out as strong possibility and good living as a horizon.

**Keywords:** rights of nature, ecological economics, community tourism, Prainha do Canto Verde.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Imóvel com rabiscos feitos por pessoas contrárias ao turismo comunitário representando bem a existência de conflitos na comunidade .....	14
Figura 2 – Foto da Praia do Canto Verde.....	24
Figura 3 – Foto da igreja localizada na comunidade.....	25
Figura 4 – Foto do banner localizado dentro da associação dos moradores.....	26
Figura 5 – Foto do mapa com a localização geográfica da Prainha do Canto Verde.....	28
Figura 6 – Planilha com os trabalhos acadêmicos encontrados.....	29
Figura 7 – Foto dos alunos do curso de economia ecológica em uma visita da disciplina de trabalho de campo integrado .....	36

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>ECONOMIA DO TURISMO .....</b>	<b>12</b>
<b>3</b>	<b>TURISMO COMUNITÁRIO .....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>A EXPERIÊNCIA DA PRAINHA DO CANTO VERDE HISTORICIZADO PELA ACADEMIA .....</b>	<b>24</b>
<b>5</b>	<b>O TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA .....</b>	<b>30</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>38</b>
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>39</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O turismo é uma atividade que, quando pautada e planejada nos princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental pode proporcionar desenvolvimento de uma comunidade.

A indústria do turismo sempre utilizou dos recursos naturais (cachoeiras, serras, praias) e imateriais como fonte de lucro e argumento de geração de desenvolvimento. O que se observa é que há uma concentração de riquezas no desenvolvimento da atividade e uma marginalização das comunidades locais. Estas são, por vezes, excluídas socialmente, marginalizadas dos benefícios de sua própria comunidade e, por vezes, precisam conviver com a descaracterização ambiental e cultural das suas localidades.

O turismo com base comunitária se apresenta como alternativa para o desenvolvimento local de comunidades, haja vista que possui como característica central a participação direta dos moradores de locais turísticos, que tem nessa região uma relação de dependência e história.

O Ministério do Turismo possui algumas iniciativas voltadas para a realização de turismo sustentável como os projetos “Brasil, é a nossa praia”, que tem como característica orientar destinos turísticos quanto à implementação de ação de gestão responsável, incentivando a adoção de boas práticas de sustentabilidade por gestores públicos, comunidades locais e turistas e a Campanha Mares Limpos<sup>1</sup> em parceria com a ONU Brasil, que visa a redução de resíduos sólidos no litoral brasileiro. Também possui iniciativas de apoio ao turismo de base comunitária para identificar os desafios e potencialidades deste tipo de turismo, que é relativamente novo no contexto do turismo brasileiro, e que auxilia na diversificação da demanda turística.

Este projeto possui como principais pontos estabelecer a comunidade como atores sociais, assumindo a posição de líderes no processo turístico de suas comunidades e, ao mesmo tempo, buscando formas de crescimento econômico que coexistam com a valorização ao meio ambiente e a cultura local.

---

<sup>1</sup>

No Ceará temos várias experiências exitosas (e outras nem tanto) de grupos de turismo comunitário, espalhados de leste a oeste na zona costeira cearense, uma das regiões mais disputadas e visitadas do país. No litoral leste temos Tatajuba em Camocim, Curral Velho em Acaraú, Assentamento do Maceió em Itapipoca e Caetanos de Cima em Amontada. No litoral leste temos Terra Indígena Lagoa da Encantada do povo Jenipapo Kanindé e da Reserva Extrativista do Batoque ambos em Aquiraz; do Assentamento Coqueirinho em Fortim; Ponta Grossa em Icapuí; Quilombo do Cumbe em Aracati; Praia da Requenguela e Comunidade Córrego do Sal em Icapuí, além da Prainha do Canto Verde, nosso objeto de estudo.

Segundo o Ministério do Turismo (2010), localizações que possuem características solidárias e comunitárias e que narram histórias de resistência frente a expansão capitalista nos moldes convencionais, podem receber do poder público o título de praticantes de turismo comunitário. Esta categoria de turismo que está bastante presente na América Latina, haja vista sua expressiva quantidade de belezas naturais e atrativos culturais muito particulares. É um fenômeno bem recente, datando seu início por volta de 1980 e que possui como pilares o econômico, o social, o ambiental, o territorial e o político. O presente estudo foi realizado na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, município de Beberibe, que possui uma experiência de Turismo Comunitário conhecida nacionalmente

A primeira casa na Prainha do Canto Verde foi feita de taipa por volta de 1860 pelas famílias de Joaquim Caboclo e Filismina e Zé Cariri e Chica Benvinda (informações ditas em visita feita a Prainha do Canto Verde, pelo guia da associação), sendo muitos dos moradores descendentes desses primeiros habitantes. Desse período até os dias de hoje, a comunidade tornou-se referência na luta pela garantia de direitos, seja na pesca, seja no combate a grilagem de suas terras ou na construção do turismo comunitário.

Localizada no litoral leste do Ceará, no município de Beberibe, distante cerca de 120km de Fortaleza, é uma praia tranquila, com ventos suaves de janeiro a junho e fortes de julho a dezembro. O desenvolvimento turístico da Prainha do Canto Verde se diferencia de outras praias do litoral do Brasil porque visa o desenvolvimento local e a preservação do ecossistema.

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade com famílias que sobrevivem basicamente da pesca e do dinheiro que os turistas deixam nas barracas e nas pousadas, todas pertencentes aos moradores. Essa população tenta sobreviver com o declínio pesqueiro e as

pressões especulativas, provenientes de empresários ávidos por ocuparem o local com megaprojetos de hotéis e pousadas. A comunidade construiu sua identidade através da posse da terra e da organização, desenvolvendo uma série de projetos. Dentre eles, destaca-se o ecoturismo comunitário sustentável.

No fim dos anos 70, começaram as tentativas de especulação imobiliária na região, quando um grileiro chamado de Antônio Sales Magalhães, um dos maiores especialistas em aquisição de terras do Ceará, regularizou, através de uma ação de usucapião, uma área de quase 750 hectares, incluindo a faixa de areia.

Os moradores foram, então, buscar seus direitos, procurando apoio e orientação junto ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDPDH), fundada pelo cardeal Dom Aluísio Lorscheider, na arquidiocese de Fortaleza, que saiu em defesa da comunidade. Eles organizaram um seminário na localidade, dando uma nova perspectiva as reivindicações. Em 26 de setembro de 2001, foi enviado o pedido para a criação da associação de moradores da Praia do Canto Verde.

Com o passar dos anos, a comunidade foi se fortalecendo e os grileiros foram vendo que seus projetos estavam parados no judiciário. Então, veio uma intimidação através da violência com a destruição de uma creche que estava sendo construída com o apoio da comunidade.

Cinco anos mais tarde, foi enviada uma solicitação da Associação de Moradores, juntamente a Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Populações Tradicionais (CNTP) para inclusão da parte terrestre da RESEX. Dois anos após, foi realizada uma consulta pública sobre a criação da RESEX, que só fora finalmente criado em meados de 2010.

Como foi introduzido neste capítulo, este trabalho tem o objetivo geral de investigar as potencialidades do turismo de base comunitária sob uma perspectiva econômico ecológica e objetivo específico de compreender o turismo comunitário, entender o turismo comunitário praticado na Prainha do Canto Verde e analisar a visão da economia ecológica frente ao turismo comunitário praticado na Prainha do Canto Verde. Estudou-se o caso da Prainha do Canto Verde por ser uma experiência emblemática no Brasil, onde o debate do desenvolvimento e da sustentabilidade sempre esteve presente na pauta de lutas das populações deste território. No capítulo 2 será apresentado levantamento bibliográfico sobre turismo comunitário com o recorte na experiência brasileira e especialmente cearense.

## 2 ECONOMIA DO TURISMO

Viajar é abrir novos horizontes, conhecer novas culturas, lugares e paisagens. A viagem rompe a rotina do cotidiano, revela novos cenários e traz para a vivência de turistas expectativas sempre surpreendentes. A viagem é um movimento externo e interno ao turista. Externo porque ele desloca-se no espaço físico e no tempo. Interno porque seu imaginário segue na frente, instigando a intelectualidade e o emocional, preparando-o para viver o novo em experiências únicas na revelação do desconhecido e do diferente.

Viajar abre ao turista várias influências que irão mostrar os seus sonhos e aumentar suas experiências, também fará crescer seu acervo de conhecimentos profissionais e seus negócios poderão aumentar ou transformar-se em outros negócios.

Neste contexto, falaremos então sobre como iniciou-se o processo de ocupação da zona costeira que se deu desde as civilizações mais antigas, havendo uma maior utilização desse espaço a partir da Revolução Industrial em meados do século XIX, na Europa (Vasconcelos, 2003).

O Nordeste brasileiro é, hoje, uma das regiões turísticas que mais cresce no país, apesar de pertencer às regiões mais pobres. Há mais de quatro décadas, vem se implantando nessa região ricas experiências de desenvolvimento regional e local, com notório destaque no turismo, de importância crescente entre as principais atividades econômicas.

Para o turista ter acesso a todo o consumo de bens e serviços, são oferecidos uma ampla gama de roteiros interativos que possuem como matéria prima básica os recursos naturais e culturais. O turismo é um dos setores econômicos que mais tem crescido no mundo, contribuindo para o crescimento da economia brasileira e possuindo ampla participação no PIB nacional, havendo espaço para um crescimento ainda maior.

Com base neste fato, alguns países atribuem a esse importante setor econômico como uma das formas para melhorar a qualidade de vida das populações, como atividade que desenvolvem e geram emprego e renda.

O fato de o Brasil possuir características naturais bastante favoráveis, como extenso litoral de praias paradisíacas, regiões e serras com clima temperado e de beleza incomparável, são importantes características para o desenvolvimento do turismo, com ampla vocação para a

geração de empregos diretos e indiretos e para a melhoria de distribuição de renda entre as diferentes regiões, fazendo com que ocorram migrações de renda das populações ricas para as populações mais pobres, constituindo, dessa maneira, característica de fomentar o crescimento e o desenvolvimento regional. Desse modo, pode-se dizer que o turismo constitui uma possibilidade concreta de minimização das disparidades regionais entre as regiões do país (Cruz, 2000).

Apesar de ser bastante conhecida a dimensão de importância que a atividade turística exerce em um determinado lugar, pouco se tem investido para tornar conhecidos os reais impactos deste segmento, se é necessária a formulação de políticas públicas para atuar como agentes de controle, para saber quais setores da economia que deveriam ser incentivados para reunir particulares condições para a melhoria em determinadas áreas, como o aumento da renda e maior geração de empregos.

Perante as desigualdades regionais observadas no Brasil, “em muitas localidades brasileiras o turismo acaba se tornando o objeto de desejo, disseminado socialmente por poderosos mecanismos ideológicos, notadamente os meios de comunicação” (Ouriques, 2006:1). Tal disseminação, a princípio, é promovida tanto pelo meio político quanto pelo empresarial. Em um estágio mais avançado, quando a ideologia do desenvolvimento turístico está consumada, toda a população local passa a acreditar que o turismo é uma atividade somente benéfica. O que se observa é a utilização do discurso em torno do turismo para promover o desenvolvimento socioeconômico de comunidades, as quais começam a investir suas esperanças no turismo, objetivando a inserção do local num contexto de prosperidade onde todos ganham com tal atividade OURIQUES, 2006.

Atividades como a pesca, agricultura e o transporte marítimo se destacam dentre as possíveis práticas que podem ser desenvolvidas na área costeira e, de certa forma, podem interferir na composição do litoral, ditando políticas voltadas para seu uso e ocupação. Segundo Vasconcelos (2003:326), uma atividade tem se destacado em especial: “Recentemente um novo fator econômico se integra a este grupo, o turismo [...] Na maioria dos litorais, a praia é o maior patrimônio turístico do lugar”.

O turismo litorâneo como atividade econômica surge como agente capaz de influenciar a composição e utilização dos espaços, pois se apropria do litoral e, na maioria das vezes, modifica a relação de trabalho ali existente, substituindo atividades tradicionais por

outras ligadas ao turismo e promovendo mudanças no espaço com a criação de infraestrutura, visando atender aos turistas.

O turismo se desenvolveu através da forte ocupação do litoral nos países desenvolvidos, como é o caso da França, Itália e Espanha. Nos últimos 30 anos esse fenômeno tende a se repetir nos países em desenvolvimento, é o caso do Brasil e do México, sendo nesse caso um dos motores do desenvolvimento econômico local (Vasconcelos, 2003, p.326).

O emprego do turismo como atividade econômica é bastante utilizado, principalmente pelas propagandas governamentais, no intuito de promover o desenvolvimento local. Porém, segundo Coriolano (2003, p. 13) “o desenvolvimento com inclusão só é possível quando a população é beneficiada, quando atinge o humano e o turismo tanto pode se atrelar ao crescimento econômico, como ao desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local”.

Segundo Ouriques (2006), é necessária uma melhor compreensão do desenvolvimento da atividade turística com base em um enfoque mais crítico, pois:

[...] em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito instabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo. Por exemplo, de comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, que acabam abandonando seu sustento tradicional (Ouriques, 2006, p. 2).

Essa substituição da atividade tradicional realizada anteriormente por alguma outra atividade ligada ao turismo não acontece por opção, mas sim por imposição. A concorrência ocasionada pela pesca industrial, fazendas de carcinicultura, a compra dos terrenos e expulsão dos moradores e de suas famílias da orla ocorrem, na grande maioria dos casos, por conta da especulação imobiliária de grandes empresas ligadas ao turismo.

Figura 1 - Imóvel com rabiscos feitos por pessoas contrárias ao turismo comunitário representando bem a existência de conflitos territoriais na comunidade.



Fonte: Autora (acervo pessoal, 2019)



Segundo Coriolano (2007, p.1) “o turismo é atividade produtiva moderna que reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvido com maneiras diferenciadas pelas culturas e modos de produção locais”, ou seja, o turismo se adapta à dinâmica vigente, no caso das sociedades atuais, ele se une ao capitalismo financeiro global.

Diante da dinâmica capitalista, é notório que o turismo se enquadrrou nessa nova ordem e acabou se convertendo em mais uma ferramenta para a acumulação do capital. É comum encontrar vários exemplos dentro da experiência turística que visam atender às necessidades dos grandes investidores internacionais e até mesmo de elites locais, tornando menos acessível à população local os prováveis benefícios que a atividade proporciona.

Entende-se que o turismo, ao ser introduzido em localidades litorâneas, reproduz a lógica capitalista, onde quem pode pagar pelo lazer é servido pelos trabalhadores do turismo que, na maioria das vezes, são mal remunerados, segundo Ouriques (2005), levando em consideração os dados obtidos por meio do Ministério do Trabalho brasileiro e também por estudos em nível internacional feitos pela Organização Mundial do Turismo. Com isso, o acesso ao litoral pelos moradores se dá no intuito dos mesmos trabalharem no ramo turístico, bem diferente da posição que tinham antes como possuidores desse espaço, agora voltado para a atividade turística e, por consequência, para os turistas.

Após analisar algumas dinâmicas relacionadas com a ocupação do espaço pela atividade turística, é interessante ressaltar que a exploração do turismo tem contribuído para o desequilíbrio ecológico, social e perda de valores culturais da comunidade. Esses espaços, por conta da ocupação e por modismos produzidos, acabam por promover a degradação em escalas preocupantes e, possivelmente, findando os recursos que proporcionaram o surgimento da atividade turística.

Segundo Fontes e Lage (2003, p. 93),

[...] o turismo, como fator de desenvolvimento econômico, se apropria de determinados lugares, impondo-lhes transformações que podem acabar com a singularidade e particularidades do lugar; essa é uma das características das atividades produtivas do sistema capitalista, pois a sua “lógica” é o lucro sobre a “exploração” de paisagens. Esta atividade, ao longo dos tempos, tem sido um importante agente modificador da organização espacial, principalmente em lugares turísticos [...]

Essa dinâmica acaba por desencadear um processo de exclusão das populações locais, pois essa transformação do espaço, seja para construções de meios de hospedagem ou até mesmo de infraestrutura por parte do governo, não leva em consideração os moradores

locais e quando leva, é de uma maneira superficial. Para Rodrigues (1999), o turismo tem-se mostrado, em algumas comunidades, uma atividade que não é capaz de efetuar mudanças positivas, sendo a atividade responsável por transformações sociais, culturais e econômicas que acabam não mudando em nada a realidade das populações locais, as quais não se beneficiam com o turismo e ficam à margem desse processo.

O que se observa dentro do contexto da expansão turística é que tudo é voltado para a mercantilização, onde até mesmo os próprios moradores são vistos como mercadorias. Dessa forma, são preparados para o turismo, com a finalidade de reproduzir a acumulação do capital.

Quando o assunto é a relação da área litorânea com o turismo, o que se percebe é uma sobreposição da ocupação turística sobre as atividades tradicionais e o apossamento desse território pela prática turística, sendo valorizadas as paisagens tornando-as um tipo de “cenário” que é vendido aos turistas (Luchiari, 1997).

No entanto, a possibilidade de se amenizar os efeitos negativos do turismo e, ao mesmo tempo, potencializar os positivos é através de planejamento. Nessa perspectiva, o desenvolvimento sustentável surge como uma alternativa para fortalecer o turismo, pretendendo satisfazer as necessidades atuais das populações locais sem comprometer as gerações futuras, promovendo maior integração entre a atividade turística e a sociedade. Nesse contexto, é feita uma reflexão sobre a proposta de “turismo comunitário” como alternativa ao turismo convencional, esse que se destaca, muitas vezes, por ser controlado pelas elites locais e pelo capital internacional. A perspectiva da economia ecológica ao analisar esse novo método de turismo, que visa promover o desenvolvimento sustentável, satisfazendo às necessidades do presente sem comprometer as necessidades do futuro, mantendo a capacidade de reprodução dos recursos e evitando sua posterior degradação.

Para um desenvolvimento sustentável no turismo é preciso a participação de todos no processo, respeitando o patrimônio humano e ambiental, onde todos usufruem da renda gerada pela atividade turística. E isso só é possível de ser alcançado através do planejamento estratégico, onde as variáveis, políticas ambientais, sociais e econômicas são analisadas e os interesses sejam voltados para o coletivo do local ou região, dinamizando melhorias que contemplem:

[...] as necessidades e expectativas coletivas da base local, com a participação ativa da sociedade civil organizada de forma multi-escalar, buscando adotar a alternativa que melhor viabilizasse sua inserção no processo regional de desenvolvimento.

Define-se essa nova ordenação territorial com a projeção no espaço físico, mediante ocupação e uso, das políticas, interesses, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma comunidade local ou regionalmente referenciada. O que se busca, na realidade, como objetivo principal, é a consecução da estrutura espacial adequada para a forma de desenvolvimento de interesse da comunidade (Beni, 2006, p.95).

A Prainha do Canto Verde, no estado do Ceará, é uma comunidade tipicamente litorânea que adotou o turismo como forma de complementar a renda, porém o realiza de forma comunitária, pleiteando um desenvolvimento equitativo e socialmente responsável.

A revalorização do litoral para o lazer e o turismo, pela reestruturação capitalista, ampliou a disputa desse espaço para novos usos. O litoral passou a ser a principal mercadoria imobiliária, causando segregação das populações ditas nativas ou tradicionais, em face dos reordenamentos necessários à ocupação turística, que se apropriam dos melhores lugares, aqueles considerados mais belos e atrativos (Coriolano, 2006, p. 197).

Para não participarem passivamente nessa realidade, os moradores de Prainha do Canto Verde se uniram e criaram a Associação dos Moradores em 1989, com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos. Essa atitude possibilitou aos moradores a criação da cooperativa de turismo e dos conselhos setoriais, como por exemplo de saúde e educação, possibilitando uma maior participação da comunidade nas discussões e tomadas de decisão. Para os moradores da comunidade da Prainha do Canto Verde, o turismo comunitário consiste em:

Toda forma de organização empresarial sustentado na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares, com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (moradores da Prainha do Canto Verde, 2008).

A atividade turística na Prainha é realizada de forma integrada às demais atividades econômicas, e a partir do turismo comunitário se busca fortalecer os outros ramos da economia na localidade. É observado que o turismo surgiu como um meio de complementar a renda das pessoas que ali se encontram, já que a pesca, a maior fonte de renda dos moradores, estava ameaçada devido à forma predatória utilizada por pescadores do ramo industrial.

Essa opção pelo turismo comunitário se converteu em benefícios para a sociedade local, sendo observadas melhorias na qualidade de vida da comunidade. Os moradores atribuem essa melhoria as trocas de experiências proporcionadas pela forma de organização da comunidade, valorização do patrimônio cultural e ambiental e das formas de vida tradicionais

do território já que essa forma de turismo é utilizada para fortalecer e não substituir as atividades econômicas já existentes, tendo esse maior grau de organização convertido em sustentabilidade para o desenvolvimento da prática turística.

### 3 TURISMO COMUNITÁRIO

Até por volta da década de 90, o turismo comunitário era desconhecido no Brasil. As primeiras experiências aqui foram na Casa Grande do Homem do Cariri, em Nova Olinda e na Prainha do Canto Verde, em Beberibe – nosso objeto de estudo.

O turismo comunitário surge como uma ação de resistência das comunidades rurais, dos quilombolas, pesqueiras, indígenas ante o turismo em massa que assola regiões e descaracteriza territórios, abrindo oportunidades para vários arranjos produtivos associados ao turismo.

Esse novo jeito de fazer turismo vem se mostrando cada vez mais uma alternativa para promover a valorização de culturas locais, possibilitando o trabalho justo e gerando renda para as comunidades onde se desenvolvem.

Nesta perspectiva, Bursztyn (2003) diz:

Conhecer o turismo nas comunidades próximas, mais do que servir de subsídio para uma decisão técnica, foi elemento de base no empenho da comunidade da Prainha do Canto Verde, por uma atitude afirmativa de sua identidade e dos valores que lhes são caros.

A Prainha do Canto Verde é um local repleto de histórias, movimentos sociais, lutas, entre outras questões que envolvem a comunidades, o poder público e os turistas que visitam a região. No Brasil, locais como a Prainha, tem sido alvo de grandes empresas que buscam através da especulação imobiliária a construção de grandes empreendimentos. Um exemplo disso são os resorts construídos em locais de beleza natural.

O turismo comunitário é aquele onde as comunidades possuem uma forma de organização empresarial sustentada em um território, por meio da autogestão dos recursos comunitários e particulares, com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição de benefícios gerados mediante prestação de serviços, visando a aproximação cultural entre o visitante e o morador local.

A imagem se tornou algo do nosso cotidiano, do nosso dia a dia. Diariamente, somos bombardeados de imagens, quer seja na televisão, na internet ou em *outdoors* espalhados pela cidade, e no que se refere ao lazer, também somos atingidos, pois imagens com pessoas

descansando e aproveitando locais com belezas naturais incríveis estimulam sensações de prazer e descanso em nosso corpo.

Na década de 90, novelas e programas de televisão, a exemplo de *No Limite* e *Tropicaliente*, demonstraram para todo o Brasil as praias de beleza natural escondidas em comunidades litorâneas cearenses, como a Barra Nova, na Caponga e Morro Branco, em Beberibe. Dessa forma, a mídia começou a passar para os telespectadores as experiências que o turista poderia ter ao viajar para esses locais.

Todo esse incentivo midiático ao redor do Ceará fez com que pessoas do mundo inteiro ficassem interessadas em conhecer a região em busca de suas belas paisagens, de sua culinária e de seu artesanato. O governo também injetou incentivos, visando os ganhos financeiros para o Estado, em conforto e qualidade nas atividades turísticas, estimulando o turismo tradicional, baseado em resorts luxuosos e padronizados.

Na contramão dessa demanda de turismo, surge uma outra esfera, atingindo um novo tipo de público que busca em suas viagens, não resorts padronizados e hotéis luxuosos, mas sim uma real imersão no cotidiano daquela comunidade ao qual estão conhecendo. Essas pessoas se mobilizam com as questões ambientais da região, pois entendem que a degradação ambiental vem tomando proporções gigantescas e que as comunidades precisam de uma devida mobilização e organização.

As tendências sustentáveis, aliadas a uma nova forma de pensar o turismo, baseadas na valorização do ambiente natural, do modo de vida do cotidiano e da preservação do meio ambiente, fez com que o turismo comunitário ganhasse mais visibilidade por proporcionar a interação entre a comunidade e o visitante, embora se acredite que o turismo não esteja apenas associado aquele indivíduo que deseja realizar uma experiência, mas a toda uma interação com a comunidade em diversos níveis, envolvendo serviços de hospedagem, alimentação, transporte, entre outros (RUSCHMANN, 1999).

O turismo pode ser configurado como um mitigador de problemas sociais em determinadas comunidades, visto que fortalece a política e a economia, garantindo melhores condições para os moradores. Para Falcão (1996), o turismo comunitário se expande com a produção de bens (infraestrutura, alimentos, construções) e serviços (transporte, hospedagem, alimentação e etc), que se integram para o consumo final, oferecendo o mercado de consumo e as 'condições de acessibilidade' a determinado lugar, onde o espaço, na dimensão do lugar,

assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado (FALCÃO, 1996).

Sob essa perspectiva, a Prainha do Canto Verde é acrescida de um valor simbólico enquanto território, associado a uma infraestrutura territorializada, vendido a turistas ‘selecionados’ ao perfil que os moradores querem receber.

Em meio a tantas experiências de turismo no mundo moderno, as que estão voltadas para trocas de experiências estão sendo as mais comuns. É uma forma diferente de fazer o turismo, baseando-se não apenas no bem-estar do turista, mas sim na comunidade visitada, transformando-se em uma oportunidade de renda extra para aqueles moradores que, em sua grande maioria, vivem da pesca.

O turismo comunitário, dessa forma, destaca-se por proporcionar uma alternativa para a inclusão social, fortalece temas como a participação social e a governança democrática, a existência do capital social e o compromisso com ações empreendidas por projetos internacionais, a inclusão do turismo nas pautas de organismo oficiais internacionais associados a questões socioambientais, mudança no perfil do turista, agora mais atentos a questões socioambientais, planejamento turístico responsável, a fim de evitar a exclusão social nas comunidades a serem visitadas e a urgência nas discussões acerca do tema turismo e sustentabilidade.

O turismo comunitário possui por base e princípios assumir uma forma que a acumulação de bens não é o mais importante, procurando sempre a existência de um equilíbrio entre as atividades turísticas associadas ao desenvolvimento econômico, proteção ambiental e a satisfação de turistas e residentes em uma estratégia de gestão familiar que se aperfeiçoa com o tempo.

Embora fazer parte dessa rede de turismo seja algo bastante eficaz e produtivo, isso não significa estar imune a problemas e fragilidades. Como foi visualizado em vários pontos ao longo do estudo, as comunidades que resolvem praticar o turismo comunitário em sua região também enfrentam problemáticas, como por exemplo disputa de poder nas bases locais, pouca infraestrutura, aumento nos casos de uso de drogas ilegais por parte dos turistas e etc.

A complexidade envolvendo novos arranjos produtivos encontrados no turismo em espaço rural, para Lima (2009), exige uma maior reflexão no processo como um todo,

principalmente os aspectos relacionados à integração das comunidades. Aqui elencar-se os principais problemas encontrados, o que para Maldonado e Zambrano (2006, p 25-26):

- Oferta dispersa e fragmentada, carente de estrutura e de mecanismos regulares de cooperação interna para organizá-la e externa para potencializá-la;
- Escassa diversificação de produtos turísticos, cujos componentes são baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados;
- Gestão profissional limitada, tanto operacionalmente como gerencial do negócio. As aspirações das comunidades de acesso a serviço de informação e capacitação ainda são insatisfatórias;
- Posicionamento incerto e imagem pouco divulgada do turismo comunitário em mercados de segmentos dinâmicos; a promoção e comercialização são divulgadas, geralmente, por meios rudimentares, individuais e diretos;
- Déficit notável de serviços públicos: rodovias, saneamento ambiental, esgoto, comunicação e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir esses custos, isso é responsabilidade dos governos locais ou nacionais.

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) evidenciam que, muito embora o turismo comunitário seja procurado como um propulsor para o desenvolvimento local, a atividade turística não possui um formato padrão para ser adotado, podendo ser executada em diferentes formatos nos quais podem ser evidenciadas estruturas e objetos, contextos e valores culturais relativos ao local. Coriolano (2009b) retrata essa situação como uma experiência, na qual as comunidades experimentam novas formas de produção de serviços turísticos de maneira criativa, estimulados pelo compromisso e pela solidariedade, que os distancia da padronização do formato turístico tradicional.

Enquanto arranjo produtivo, o turismo comunitário é capaz de ofertar novas oportunidades de renda para grupos tradicionais, como o de agricultores familiares e pescadores. É um modelo que permite, por meio da prestação de serviços de hospedagem, alimentação e lazer nas unidades familiares, criando atividades turísticas integradas com a proteção ambiental e cultural, realizadas mediante a cooperação associativa entre uma população tradicional (agricultores, pescadores, indígenas e grupos extrativistas) e turistas, estes vistos como parceiros.



Assim sendo, o turismo comunitário consegue ser uma opção de trabalho e renda em comunidades tradicionais, trazendo desenvolvimento de base local, associada a valorização das atividades cotidianas e do modo de vida dos pescadores, possibilita a troca de conhecimentos entre anfitriões e turistas, bem como atrai o interesse de pessoas mais jovens, pois oferece oportunidades de trabalho no local onde estão seus familiares e seus amigos.

Saúde, bem-estar, qualidade de vida, possibilidade de viver dignamente no território onde nasceu, um melhor futuro para os jovens da comunidade, essa são as propostas do turismo comunitário, ainda que os riscos existam, fica claro que os impactos negativos podem ser administrados e os positivos podem ser ampliados ou até transformados. Seus princípios deixam claro que todo o processo de organização é forte, pois tem como base a solidariedade, o viver ético e a participação ativa de turistas e dos anfitriões.

#### 4 A EXPERIÊNCIA DA PRAIA DO CANTO VERDE HISTORICIZADO PELA ACADEMIA

Com praia aberta e mar calmo com vento geralmente de novembro a junho e mar mais forte com vento leste de julho a setembro, sendo pescados artesanalmente várias espécies, como lagosta vermelha (*Panulirus argus*), lagosta cabo verde ou samango (*Panulirus laevicauda*) e grandes variedades de peixes como cavala, serra, guaiúba, agulha, bonito, arraia, dentão, cioba, pargo e outros. Através de dunas moveis chega-se às lagoas, a mais próxima sendo a Lagoa do Córrego do Sal.

Nos arredores dela, encontram-se povoados que se dedicam ao cultivo de mandioca, milho, cana de açúcar, cajueiros, coqueiros e mangueiras. Na lagoa e outras áreas alagadas, podemos observar garças e aves migratórias que já foram vistas na região. A 10 km da Prainha do Canto Verde (Figura 1), há grandes áreas de manguezais parcialmente preservados, mas já sendo ameaçados pela carcinicultura. Na imagem abaixo vemos o cenário onde vivem as famílias de pescadores, que se sustentam principalmente da pesca artesanal.

Figura 2 - Foto da Praia do Canto Verde



Fonte: Autora (acervo pessoal, 2019)

A localidade, segundo Coriolano *et al* (2009, p. 182) “ficou conhecida não apenas pela beleza de suas praias e expressividade de suas festas, mas especialmente pelo turismo que promove”; e está há trinta quilômetros da sede municipal de Beberibe, um município com grande potencial turístico.

A primeira notícia documentada pela imprensa de Fortaleza e de Belém, é que a jangada Sete de Setembro viajou até Belém, Pará, em 1928. Uma viagem arriscada, com apenas

3 pescadores (Joaquim “Caboclo” primeiro morador da Prainha do Canto Verde, o “Bernardinho” pescador e carpinteiro de jangadas e o “Deca”), atravessou o mar em 15 dias para chegar ao destino no dia 7 de setembro, exatamente como o “Bernardinho” havia apostado com um cearense que morava no Pará. Foram 5 dias de festas na capital paraense, como relatam o diário da Colônia dos Pescadores, o Jornal O Povo de Fortaleza e o Jornal do Norte de Belém.

Em 1974, por conta das chuvas, a Lagoa do Jardim na Prainha do Canto Verde quebrou e destruiu a maioria das casas de taipa, iniciando, assim, a mudança da comunidade para o Bairro Vermelho, onde se formou o novo núcleo dos moradores da Prainha.

Em 1976, começou o ataque de Antônio Sales Magalhães, para se apropriar das dunas da praia, levando à usucapião e a venda da terra para a Imobiliária Henrique Jorge. Para surpresa da imobiliária, provocou uma ação rescisória dos moradores. Hoje, mais de 47 anos depois, a comunidade espera, após vencer em todas as instâncias, a decisão do Tribunal Supremo Federal ao seu favor. A resistência da população contra a violência dos capangas armados, o apoio jurídico do CDPDH - Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos fundada pelo Cardeal Dom Aloisio Lorscheider, e a solidariedade de muitas comunidades amigas, foram fundamentais para que os direitos dos humildes pescadores fossem respeitados.

Figura 3 – Foto da igreja localizada na comunidade



Fonte: Autora (acervo pessoal, 2019)

Em 1989, com a ajuda do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos foi constituída, a Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, dor de cabeça constante para Henrique Jorge e instrumento para o desenvolvimento da comunidade.

Em 1993, começou uma nova etapa na história da Prainha, quando, em abril, quatro pescadores na jangada comunitária chamada S.O.S. Sobrevivência iniciaram a viagem de

protesto contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio do governo do Estado. Com apoio de 2 mulheres da comunidade e viajando de carro, chegaram no Rio de Janeiro em junho, sendo esperados por Doryval Caymmi, uma multidão de torcedores e a imprensa nacional e internacional. A viagem foi o início da mobilização dos pescadores e comunidades do litoral do Ceará. Ainda no mesmo ano, foi criada a ONG Instituto Terra mar, para levar para frente a missão nascida do protesto.

Em 1995, nasceu na Prainha do Canto Verde o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste, movimento social que luta pela participação dos pescadores no ordenamento da pesca, desenvolvimento do turismo e do gerenciamento costeiro.

Por muitos anos, os moradores do Canto Verde lutaram contra a especulação imobiliária, pela conquista de seus direitos sobre as terras que estavam sendo griladas, no combate à pesca predatória e pela implantação do turismo comunitário planejado e consciente. Esses fatos visibilizaram a Prainha no Brasil e no mundo. Na época, o governador do estado do Ceará era Cid Gomes, que deu parecer favorável à criação de uma Reserva. Em 5 de junho de 2009, Luís Inácio Lula da Silva, então Presidente da República, decretou a criação da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (RESEX) como vemos no banner fotografado logo abaixo. Explica Mendonça, Moraes e Costa (2013, p.385):

Figura 4 – Banner localizado dentro da associação dos moradores



Fonte: Autora (acervo pessoal, 2019)

A reserva extrativista da Prainha do Canto Verde foi oficializada pelo Decreto s/n de 05/06/2009, proporcionando à população pesqueira o direito garantido de posse à terra firme e à parte de mar necessária para a prática da pesca artesanal. Caracterizada pelo bioma marinho-costeiro, a área decretada foi de aproximadamente 29.794ha, dentre esses, 577,55 compõem a parte terrestre.

É bem provável que tenham sido exatamente as agressões do grileiro e da imobiliária que tenha levado aos moradores a se preocuparem com a preservação da cultura local e do meio ambiente. Dessa forma, o projeto de criação de um turismo comunitário se enquadra bem na localidade, pois permite que os jovens permaneçam na comunidade, gerando renda para suas famílias, sem abandonarem a pesca.

O objetivo principal é desenvolver o turismo na comunidade de forma sustentável e sem a dominação de investidores externos para que, dessa forma, o dinheiro circule dentro da comunidade e os problemas como alcoolismo, drogas e prostituição, fiquem fora. O público-alvo em foco é aquele que respeita a natureza, valoriza a cultura e a história dos nativos. Os moradores sabem da necessidade de zelar pelo meio ambiente, não só para os turistas, mas para a própria qualidade de vida, sabem que um aumento muito grande de turistas poderia acabar com o principal atrativo da Prainha do Canto Verde, que é a tranquilidade, a paz, o espírito comunitário e a possibilidade de interagir com os moradores. “Aqui o turista se adapta aos nativos e não o contrário”.

As principais atividades econômicas desenvolvidas no local são pesca, artesanato, turismo comunitário, passeios de buggy e de jangadas. Restaurantes, meios de hospedagem domiciliar e pequenos comércios foram instalados para atender à demanda de visitação. No entanto, a pesca é a principal atividade econômica desenvolvida na comunidade e é a que acarreta a maior fonte de renda (CARVALHO, BEZERRA; PINHEIRO, 2010).

A Zona Costeira brasileira, assim como a do Ceará, em sua maioria, é ocupada por comunidades pesqueiras (como a Prainha) que enfrentam rápidas mudanças no seu modo de vida devido às pressões decorrentes da especulação imobiliária, da pesca de mercado e do turismo predatório, provocando o declínio de suas atividades tradicionais. De acordo com a Constituição de 1988, as zonas de praia pertencem à União, logo, não devem ser ocupadas permanentemente. Isso gera um impasse: obedecer à lei e, ao mesmo tempo, considerar os direitos das comunidades que tradicionalmente vivem nesses espaços.

Figura 5 – Mapa com a localização geográfica da Prainha do Canto Verde



Fonte: Autora (acervo pessoal, 2019)

A tradição de luta e de organização dos moradores da comunidade Prainha do Canto Verde fica latente quando é observado o seu dia a dia. Além da Associação dos Moradores com mais de 300 membros, existem vários conselhos comunitários: Educação, Saúde, Terra, Pesca, Turismo e Artesanato, que elaboram e executam uma variedade de projetos comunitários. São várias reuniões de conselhos, de diretoria e de assembleias gerais para debater, planejar e definir o rumo da comunidade. Não é que a comunidade esteja totalmente unida e harmoniosa, existem divisões, divergências nem todos acham que era uma boa ideia enfrentar os poderosos. Várias pessoas estavam dispostas a entregar a terra por receio de represálias.

A comunidade é bem conhecida pela sua luta contra a pesca predatória e por ter desenvolvido projetos inovadores na pesca, saúde e educação com apoio dos Amigos de Prainha do Canto Verde (amigos do Senhor René) e do Instituto Terra mar. Entre os projetos, encontramos os primeiros recifes artificiais confeccionados com pneus reciclados, a Escola dos Povos do Mar (escola de alternância para pescadores), a criação de uma Reserva extrativista marinha, elaboração de zoneamento ambiental, plano diretor da área e a introdução de uma nova embarcação a vela para pesca no alto mar, o catamarã.

Figura 6 - Planilha com os trabalhos acadêmicos encontrados

TABELA DE INFORMAÇÕES - TRABALHOS ACADÊMICOS RELACIONADOS A PRAINHA DO CANTO VERDE, BEBERIBE - CE				
AUTOR	ANO	TIPO DE TRABALHO	TÍTULO	FONTE DO TRABALHO
André Fontan Kohler	2019	Revisão de Literatura	Impactos sociais, econômicas, políticas e culturais do turismo cultural: uma revisão de literatura.	Google
Felipe Borborema C Lima Yolanda Flores e Silva	2019	Revisão Integrativa	Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: Uma revisão integrativa	Google
Coelho, Susana Dantas	2018	Tese	Percepção e perspectivas sobre o turismo comunitário na RESEX Prainha do Canto Verde, Beberibe, Ceará - Brasil	Repositório UFC
Moreira, Rose Jeokellyane do Vale	2012	Dissertação	Análise da construção da estratégia sustentável para potencializar o turismo comunitário na Prainha do Canto Verde - Ceará - Brasil	Repositório UFC

Fonte: Dados da pesquisa (2023)

Quando pesquisamos nas fontes de trabalhos acadêmicos acerca da Prainha do Canto Verde, encontramos bastante material. A comunidade foi uma das pioneiras a trabalhar com turismo comunitário em sua região e a se organizar como associação para terem seus direitos respeitados.

Ao buscar em sites como repositório da UFC (Universidade Federal do Ceará) e no Google Acadêmico, encontramos, ao todo, 4 trabalhos que possuem como temas centrais o turismo comunitário e a comunidade da Prainha do Canto Verde, todos eles pautando o turismo comunitário como epicentro para o desenvolvimento com qualidade de vida para as pessoas moradoras daquela região.

## **5 O TURISMO COMUNITÁRIO NA PRAINHA DO CANTO VERDE: PERSPECTIVA DA ECONOMIA ECOLÓGICA**

A nova valorização do litoral Nordestino brasileiro, fez ampliar sua disputa para novos usos, além dos que já ocorriam há várias décadas, com direito a transformação da costa e segregações das populações tradicionais para a ocupação dos resorts turísticos, principalmente, quando se fala em estado do Ceará, nos municípios de Jericoacoara e Canoa Quebrada.

Esses megaprojetos chegam e instalam-se em regiões de construções proibidas (a exemplo as áreas de preservação ambiental), ou instalam-se em locais onde antes havia populações tradicionais, expropriam essa população de seus locais de origem, muitas vezes com as vãs promessas de que o empreendimento trará desenvolvimento local e geração de empregos.

O Brasil está se consolidando com este tipo de turismo, onde tem os ingleses como principais compradores de áreas fora da Inglaterra, o que desperta o interesse no mercado imobiliário internacional, expropriando brasileiros e demonstrando ser uma nova maneira de colonizar o país.

Em geral, os governos posicionam-se de maneira bastante atrativa para esse tipo de empreendimento, oferecendo todo o suporte básico para a instalação dos mesmos, como abastecimento de água potável e esgotos, alegando o desenvolvimento que será atraído para o local e esquecendo das comunidades que anteriormente ali residiam, que acabam tornando-se descaracterizadas de suas principais atividades, como exemplo podemos citar a pesca.

Resorts são enormes complexos hoteleiros que oferecem muito além de opções para os hóspedes descansarem. São enormes complexos que oferecem variadas formas de lazer, alimentação e opções de saúde e bem-estar para os hóspedes. Campos de golfe, academias, campos de futebol, parques aquáticos e centros comerciais são apenas algumas opções de entretenimentos oferecidos para os clientes, que despendem centenas de reais por algumas horas nesses complexos.

No caso da Prainha do Canto Verde, a criação da reserva extrativista foi uma forma de proteger a comunidade ante a pressão imobiliária e com ela reforçou-se a ideia de implantar o turismo comunitário como maneira de evitar que o turismo massivo fosse introduzido, como



aconteceu com algumas comunidades vizinhas. Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009, p. 86) afirmam que “o turismo alternativo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado”. Antes de abordar como se deu o surgimento do turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde, apresenta-se a definição desse segmento na concepção de alguns autores. Afirma Maldonado (2009, p.31):

Por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com o objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com os visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida.

Analisa Irving (2009, p.111):

O turismo de base comunitária, portanto, tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão, o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que, por esta via, promove a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento.

Explica Coriolano *et al.* (2009, p.66):

[...] turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo.

Como já foi elucidado, o turismo comunitário é aquele em que a comunidade participa de todo planejamento e desenvolvimento de forma sustentável, preservando os patrimônios natural, cultural, físico, social, ou seja, é um turismo que não descaracteriza o local em que é desenvolvido. Muitas comunidades brasileiras já fazem parte dessa rede de turismo comunitário e nosso trabalho estudará o exemplo que ocorre na Prainha do Canto Verde, que já vinha lutando pela posse de suas terras e não queria que o turismo de massa ali chegasse e se apropriasse do patrimônio. Constatando os impactos nas comunidades vizinhas, os nativos de Canto Verde perceberam que aquele não era esse o turismo que queriam, então iniciaram um processo de fomento ao turismo de base comunitária, em que a comunidade fosse a principal gestora, e essa ideia foi impulsionada por um executivo chamado de René Schärer, que ali chegou e começou a se dedicar ao empreendedorismo social por ver as dificuldades dessa comunidade de pescadores, resolvendo, então, iniciar um turismo de bases comunitárias.

A comunidade percebeu que a chegada do turismo na localidade era inevitável, então eles resolveram incluir nas pautas da associação de moradores como construir um turismo que fosse socialmente responsável e que escutasse a “voz” dos moradores. A partir disso, foi construído um projeto que possui como intuito desenvolver esse turismo almejado pelos moradores e em como envolver a comunidade no processo da atividade turística.

Como já citado, a pesca é a principal fonte de renda da comunidade, mas, conforme Cruz (2009, p.105), “a comunidade enfrentava dificuldades de sobrevivência somente a partir da pesca artesanal”. No projeto de fomento ao turismo apresentado pelos autores, ele viria como uma atividade complementar à pesca— e não só à pesca, mas às demais atividades locais, como por exemplo a divulgação do artesanato local (existindo até um local na comunidade chamado de REDE BODEGA para a comercialização dos produtos que, em geral, são produzidos a base de quengas de coco), projetos de educação na comunidade (como cursos, oficinas e palestras, com apoio do SEBRAE, SENAC e TERRAMAR), visando capacitar os moradores a receber essa demanda turística.

Além da hospitalidade do anfitrião para com clientes e demais visitantes, é importante também a qualidade dos alimentos oferecidos, pois, como afirmam Dias e Pimenta (2005, p.15):

“Os produtos são consumidos nas localidades onde são gerados; o consumidor não leva o produto para seu lugar de origem, mas o consome no próprio local. Se desejar consumi-lo outra vez, deverá deslocar-se até a localidade novamente. ”

À medida que a atividade se expandia, a demanda de visitantes que buscavam um local tranquilo onde pudessem conviver com a realidade local da comunidade e dos anfitriões que os recebiam aumentava, e, conseqüentemente, criou-se a necessidade de mais lugares para hospedá-los. Esse processo deu origem, na Prainha do Canto Verde, à hospedagem domiciliar. Implantou-se esse tipo de meio de hospedagem no Ceará com o apoio do SEBRAE-E.

A hospedagem domiciliar é uma adaptação brasileira do sistema *Bed and Breakfast*, de origem Irlandesa, em que o visitante se hospeda na casa de um habitante da localidade, que pode lhe oferecer ou não café da manhã, mas se for oferecido, será incluído na diária. Esse novo sistema de hospedagem se encaixa perfeitamente na personalidade do brasileiro, naturalmente cativante e hospitaleiro. (CARDOSO; ALVES, 2010).

Os grandes empreendimentos hoteleiros, quando implantados em comunidades litorâneas, em geral, se utilizam de mão de obra especializada, ou seja, não dão oportunidade aos moradores locais. Na Praia do Canto Verde, essa realidade é diferenciada, pois os empreendimentos que lá existem foram iniciativas dos próprios moradores, que também foram atrás de capacitações para a mão de obra local, a fim de que fossem ampliadas as ofertas de emprego e o consumo de produtos com fornecimento da própria localidade, estimulando, assim, uma maior circulação de renda.

Além de ser mais uma opção econômica, a atividade turística representa mais uma conquista para a comunidade, demonstrando cada vez mais a persistência, por parte dos moradores, na luta por seus ideais, além de ampliar a divulgação do local como praticante dessa modalidade de turismo. Isso influenciou outras comunidades a desenvolverem a mesma atividade, o que deu origem à criação da Rede Cearense de Turismo Comunitário ou REDE TUCUM.

Na década de 1970, os investimentos em infraestrutura e as agressivas campanhas de marketing do regime militar incentivaram as classes médias urbanas brasileiras a um maior consumismo turístico. Inicia-se, assim, um acelerado processo de ocupação da zona costeira brasileira, principalmente na região Nordeste, que passa a atrair investimentos nos moldes dos grandes centros internacionais do padrão resorts e *villages*.

Os anos 1980 são marcados pela articulação entre a promoção do turismo e a questão ambiental. Em 1987, a EMBRATUR, pressionada pela força crescente do movimento ambientalista que tinha por horizonte político a realização, no futuro próximo, no Rio de Janeiro, da Conferência Internacional das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (ECO 92), lançou um inovador programa de desenvolvimento do ecoturismo no país. Em julho de 1992, a EMBRATUR lançou o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR), visando a promover o desenvolvimento regional por meio da formação de polos de turismo integrado a serem implantados inicialmente fora do eixo Sul e Sudeste, numa ação que objetivava equalizar a distribuição geográfica das infraestruturas. O PLANTUR (plano de turismo) foi um plano que pouco saiu do papel. A única ação concreta foi o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro (PRODETUR-NE) que, com apoio do Governo Federal e dos governos estaduais nordestinos, reunidos na Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste (SUDENE), obteve aporte financeiro do BID (BORSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009).

Com o passar dos anos, com o resultado de constantes transformações, em uma pesquisa sobre turismo em massa, foi observado que esta sociedade perdeu seu atrativo (compras, distrações noturnas, espaços que ostentam luxo). Esta é a consequência de um mundo atormentado pela perda de referências, da necessidade de pertencimento, bem como de um intercâmbio intercultural, que exprimem o desejo de uma procura de sentidos da parte dos atores. Turistas querem ser atores, responsáveis e solidários em seus intercâmbios com outros mundos, portanto, desejam encontrar relações de hospitalidade, receber e ser recebido.

O contexto atual, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político operacional que rapidamente impacta dois processos importantes para a vida humana: o processo de preservação de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. (MENDONÇA, 2009, p. 290).

A Rede TUCUM consiste em “uma articulação de comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrado a perspectiva de fortalecer a relação entre sociedade, cultura e natureza, com justiça ambiental” (TUCUM, 2010, p.8).

A função da rede TUCUM, segundo seu fundador, é reunir as experiências de diversas localidades para capacitar pessoas e fazer a promoção do turismo, pois segundo ele “o mesmo esforço para promover um atrativo promove dez”. E na visão da rede, o turismo comunitário é “aquele no qual as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, e está baseado na gestão comunitária e familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização cultural local e na economia solidária”.

A opção de oferta turística das comunidades rurais entra como uma opção de acesso a esta realidade perante as novas dinâmicas do mercado, pois os seus produtos valorizam a identidade cultural e favorecem intercâmbios e vivências, permitindo os turistas a vivenciarem experiências originais, combinando atrações culturais e ecológicas, o que acaba marginalizando o turismo de massa. Porém, essas mesmas comunidades enfrentam no mercado sérias limitações burocráticas e de acesso ao mercado e ao crédito. Esta situação evidencia a pobreza que afeta

muitas comunidades, as quais são potencialmente ricas em atrações, em muitos casos naturais, todavia, são pouco valorizadas como ativos de mercado.

Esta nova demanda turística tornou-se mais exigente, uma vez que ela tende a focar cada vez mais sobre a qualidade e a necessidade por vivenciar a cultura e o meio ambiente, já que os turistas procuram lugares que combinem a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural com a memória dos lugares visitados. O importante é preparar este turista para vivenciar estes espaços que vão comprometer o local (ZAOUAL, 2009).

A degradação dos espaços turísticos com evidência e o esgotamento dos ecossistemas é uma preocupação, pois a capacidade de carga de um espaço não é sem limite, na medida em que o esgotamento de um atrativo turístico leva a repulsa da demanda, logo, de investimentos. A procura da rentabilidade máxima destrói, a longo prazo, as bases dessa rentabilidade, como disse Karl Marx: o capital é seu próprio coveiro ou a barreira de si mesmo (ZAOUAL, 2009).

A análise sobre as questões levantadas incentiva a busca de uma nova forma de desenvolvimento do turismo. Uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária, que, segundo WWF-Internacional (Mendonça, 2009) pode assim ser apresentado: O termo ecoturismo de base comunitária leva a dimensão social de forma mais aprofundada. Esta forma de ecoturismo em que a comunidade local tem grande controle e envolvimento em seu desenvolvimento e sua gestão, bem como a maior parte dos benefícios permanece na comunidade. O novo campo científico conhecido como economia ecológica, na análise do futuro global destaca que as condições materiais, sociais e culturais da existência da humanidade sempre estiveram próximas à natureza. O que a sociedade ainda não entendeu é que o planeta possui limites biogeofísicos e o crescimento material desenfreado pode comprometer a existência e resiliência dos vários sistemas. Os campos de conhecimento já existentes não conseguem considerar a particularidade do meio ambiente dentro das esferas social, econômica e ambiental.

A visão bioeconomia deste campo do conhecimento permite acrescentar que há muito o que fazer para reduzir nosso gigantesco desconhecimento sobre as complexas interações das diversidades dos ecossistemas. Dessa perspectiva da gestão sustentável, surge a questão de relacionada a possibilidade, ou não, de contornar os conflitos entre crescimento econômico ilimitado e os limites físicos que são próprios de vários ecossistemas, conflitos estes

que surgem da crescente extração e transformação de recursos renováveis e não renováveis e da crescente carga de resíduos despejada no meio ambiente, oriundos da produção de bens e serviços, de sua distribuição e do consumo pessoal de bens e mercadorias.

As atividades econômicas não compõem um ambiente fechado e nem se restringem ao uso de recursos naturais. Elas são atividades que seus impactos alcançam irreversivelmente vários ecossistemas e, a depender da amplitude dos efeitos sobre a capacidade de suporte desses ecossistemas, essas atividades podem vir a afetar toda a comunidade, a região. A comunidade já entendeu que, se só forem permissivas a entrada do capital, visando o dinheiro prometido e o ‘emprego de mão de obra’, eles irão perder o direito à terra e logo o seu trabalho será substituído. Afinal, grandes empresas visam a contratação de mão de obra qualificada.

Figura 7 – Turma do curso de economia ecológica na disciplina de trabalho de campo integrado.



Fonte: Professora Maria Inês Escobar (acervo pessoal, 2019)

A economia ecológica é um campo de estudo transdisciplinar que enxerga a economia como um subsistema de um ecossistema global maior e finito. Economistas ecológicos questionam a sustentabilidade da economia pelos seus impactos ambientais, os seus requisitos materiais e energéticos e pela expansão demográfica. Esforços para atribuir valores monetários a serviços e perdas ambientais, corrigindo, assim, a contabilidade macroeconômica, fazem parte da economia ecológica, mas sua orientação principal é mais no sentido de introduzir

indicadores e índices físicos da sustentabilidade. Eles também trabalham com as relações entre direitos de propriedade e a gestão de recursos, modelam as interações entre a economia e o meio ambiente, estudam conflitos ecológicos distributivos, usam ferramentas de gestão como avaliação ambiental estratégica e processos decisórios multicritério e propõem novos instrumentos de políticas ambientais.

Economistas ecológicos enxergam a economia como um sistema aberto. Na termodinâmica, os sistemas são classificados como "abertos" à entrada e saída de energia e materiais, "fechados" ao ingresso e egresso de materiais, enquanto abertos à entrada e saída de energia, como o da terra, e sistemas "isolados" (sem o ingresso e egresso de energia e materiais). A disponibilidade de energia livre e a ciclagem de materiais permitem às formas vivas se tornarem cada vez mais organizadas e complexas. O mesmo se aplica à economia, produzem energia e resíduos nesse processo. Os ciclos naturais não podem produzir os recursos de forma sustentável, nem absorver ou assimilar os resíduos, como por exemplo, metais pesados ou dióxido de carbono, se a escala da economia for muito grande e sua velocidade for por demais rápida. Na economia ecológica, é visto a economia como embutida no ecossistema (ou, de modo mais exato, na percepção social da história do ecossistema). A economia também está embutida na estrutura dos direitos de propriedade sobre os recursos e serviços ambientais, na distribuição social do poder e da renda, nas estruturas sociais de gênero, classe ou casta social. Na economia predominante, em vez dessa visão, a economia é vista como um sistema autossuficiente, onde se formam os preços de bens e serviços ao consumidor e os preços para os serviços dos fatores de produção.

## 6 CONCLUSÃO

Através dessa pesquisa sobre turismo comunitário na Comunidade da Prainha do Canto Verde, pode-se concluir, que os residentes se deparam com diversos desafios, entre eles, o de continuarem sendo possuidores da terra e assim desenvolverem atividades econômicas, culturais de reprodução da vida. Essas lutas e dificuldades, além de dividirem a comunidade, tiveram grande papel propulsor para suas lutas, afinal foi através de questões fundiárias que a comunidade começou a se organizar para chegar ao que hoje é conhecida como Resex.

Também pode-se concluir que há um número relevante de estudos sobre o Caso da Prainha do Canto Verde, no que diz respeito a modalidade de turismo promovida pela comunidade, onde, em sua grande maioria, chegam à conclusão que é observado uma melhoria das condições de vida dos moradores com a implantação do turismo comunitário. Onde destaca-se que o planejamento da atividade inclui a dimensão social e tem a comunidade como protagonista das ações locais, valorizando os aspectos singulares da região, gerando para o turista que ali visita um alto nível de satisfação e uma maior autenticidade ao produto turístico, pois o que nos foi mostrado através dessa pesquisa é que o turista de hoje busca, em sua grande maioria, exatamente o que propõe a ideia do turismo comunitário realizado na Prainha do Canto Verde: conhecer a comunidade local, ir a locais de belezas naturais, fugir do cotidiano no aconchego de um local que ainda guarda características matrizes, que é exatamente a proposta feita pelos moradores da comunidade e o que a economia ecológica tanto defende.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVER, J. Martinez. **Economia Ecológica**. ICTA, Universitat Autònoma de Barcelona, FLACSO, Quito, Equador.

BENI, M.C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. Editora Aleph, São Paulo, 2006.

BURSZTYN, Ivan; SILVA, Delmaro Lucilina da; SORVOLO, Simone; DELAMARO, Maurício. Benchmarking: Prainha do Canto Verde. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 3, núm. 3, 2003, pp. 18-32. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/viewFile/37/35>. Acesso em: 15 maio 2023.

CARDOSO, Raimundo S; ALVES, Thiago J. C. Hospedagem Domiciliar: Uma Discussão sob a Ótica de Moradores e Turistas na Cidade de Caracaraí, Roraima. *In: I Encontro Semintur Jr. Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, Saberes e Fazer no Turismo: Interfaces*. Universidade de Caxias do Sul. Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/hospedagem\\_domiciliar.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/hospedagem_domiciliar.pdf)

COELHO, Susana Dantas. **Percepção e Perspectivas Sobre o Turismo Comunitário na RESEX Prainha do Canto Verde, Beberibe-Ceará-Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia). - Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/> Acesso em: 15 maio 2023.

CORIOLO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. Editora Annablume, São Paulo, 2006.

CORIOLO, Luzia Neide Menezes Teixeira; ALMEIDA, Humberto Marinho de. O Turismo no Nordeste Brasileiro: dos Resorts aos Núcleos de Economia Solidária. Scripta Nova: **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, 2007, vol. 11. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/176670>. Acesso em: 15 maio 2023.

IRVING, Marta A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: Inovar é possível? *In: BARTHOLO, Roberto; SANSELO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. (Orgs.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

KOHLER, Andre Fontan. Impactos Sociais, Econômicos, Políticos e Culturais do Turismo Cultural: Uma Revisão de Literatura. **Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP/UERN)**, vol. 8, n. 2, jul/dez, 2019. Mossoró, Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003000142>. Acesso em: 15 maio 2023.

LIMA, Felipe Borborema Cunha; SILVA, Yolanda Flores e. Turismo Comunitário e Desenvolvimento Local: Uma Revisão Integrativa Sobre a Acolhida na Colônia. **Caderno Virtual de Turismo**, 2019, v.19, n.2. Disponível em: <https://ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1433/624> Acesso em: 15 maio 2023.

MOREIRA, Rose Jeokellyane do Vale. **Análise da Construção da Estratégia Sustentável Para Potencializar o Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde/Ceará.**

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade; Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/62028> Acesso em: 15 maio 2023.

OIRIQUES, H. R. O Desenvolvimento do Turismo na Periferia do Capitalismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Edição 61. Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2006.

RODRIGUES, A.M., 1999. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental, in Yázigi, E., Carlos, A.F.A. and Cruz, R.C.A. (Org.) **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**, 2. ed., Hucitec, São Paulo, pp. 55-62

VASCONCELOS, F.P., 2003, GESTÃO INTEGRADA DO LITORAL E SUA IMPLICAÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA, *IN*: CORIOLANO, L.N.M.T. (ORG). **O TURISMO E INCLUSÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL**, FUNECE, FORTALEZA, PP. 320-327.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado. In: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis; BURSZTYN, Ivan (org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares experiências brasileiras**. Brasília: Letra & Imagem, 2009. p. 55-75.